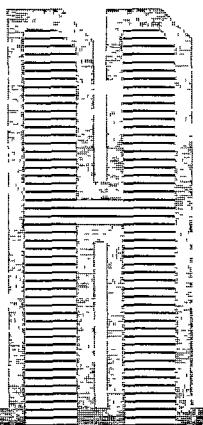




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 082

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 4 DE AGOSTO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 188^a SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE AGOSTO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação da Presidência

Aprovação, por decurso de prazo, dos Decretos-leis nºs. 2.093 e 2.092, de 1983, e prejudicialidade dos

Projetos de Decreto Legislativo nºs. 21 e 23, de 1984-CN, a eles referentes.

1.2.2 — Discurso do Expediente

DEPUTADO OSWALDO LIMA FILHO, como Líder do PMDB — Considerações sobre o comportamento da Sr^a Ministra da Educação e Cultura, no to-

cante a greves dos professores universitários autárquicos.

1.2.3 — Questão de ordem

Suscitada pela Sr^a Cristina Tavares e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 188^a Sessão Conjunta, em 3 de agosto de 1984

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. Almir Pinto

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Alfredo Campos — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Geraldo Fleming — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Carlos Alberto de Carli — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Mário Frota

— PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Faria — PDS.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; José Maranhão — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos —

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Victor Trovão — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS; Wall Ferreira — PMDB.

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA
Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial

RUDY MAURER
Diretor Administrativo

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

PMDB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Feliz Mendonça — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Viana — PMDB; José Lourenço — PDS; Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgílio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Arlindo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Francisco Studart — PTB; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PTB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Eloy — PDS; Castejon Branco — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad

— PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Armando Pinheiro — PDS; Autônio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; José Camargo — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Octávio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Caíado — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Saulo Queiroz — PDS; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB;

Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martínez — PDS; José Tavares — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Reinhold Stephanes — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlunde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Cohn — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Minicarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Sinval Guazzelli — PMDB; Víctor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 40 Srs. Senadores e 180 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Esgotado o prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, para deliberação, pelo Congresso Nacional, dos Decretos-leis nºs 2.093 e 2.092, de 1983, sem ter havido deliberação, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 21 e 23, de 1984-CN, a eles referentes, foram incluídos em Ordem do Dia, em 10 sessões subsequentes, em dias sucessivos, conforme determina o citado dispositivo, *in fine*.

Cumprida a exigência constitucional sem que sobre a matéria o Congresso haja se manifestado, os textos dos Decretos-leis são considerados aprovados (Const., art. 55, § 1º, *in fine*, combinado com art. 51, § 3º, *in fine*), fi-

cando, em consequência, prejudicados os Projetos de Decreto Legislativo nºs 21 e 23, de 1984-CN.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Há oradores inscritos para o período de breves comunicações

O Sr. José Carlos Vasconcelos — Sr. Presidente, de acordo com o Regimento, solicito que o Deputado Oswaldo Lima Filho fale em nome da liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Oswaldo Lima Filho, como Líder do PTB.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO (PMDB — CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Ex^a, certamente quis referir-se ao PMDB. Tenho muita honra de ter pertencido ao PTB, mas esse partido desentrou dos interesses populares no Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, neste melancólico dia de sexta-feira, em que o desinteresse traz às reuniões do Congresso um número reduzido de Parlamentares, aproveito a oportunidade que me assegura o Regimento Comum para manifestar, em meu nome pessoal e, já agora, por delegação do PMDB, o protesto dos professores universitários de Pernambuco contra a decisão tomada pela Sr^a Ministra da Educação, a nova “dama de ferro” da educação brasileira, que vem aplicando sobre a universidade o seu despreparo, a sua violência, o seu espírito nazi-fascista. Ainda ressoa no País o clamor da última greve dos professores universitários. Desde as greves de 1980, 1981 e 1982, a Universidade brasileira tem manifestado a sua crescente revolta diante do projeto de destruição da cultura universitária. Desde os tempos da administração do Coronel Jarbas Passarinho, que aplicou no País o antinacional Acordo MEC-USAID, que a Universidade brasileira vem sendo submetida a um deliberado projeto de destruição da capacidade de pesquisa, sobretudo de destruição da cultura brasileira. Os laboratórios, como há pouco salientava notável documento da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, permanecem desativados. Houve interrupção das pesquisas e desestímulo aos cursos; desarticulação das equipes e paralisação de hospitais. Sobretudo, têm faltado os recursos materiais e humanos para a atividade universitária no Brasil.

Ouço, com muito prazer, o nobre Deputado Flávio Bierrembach.

O Sr. Flávio Bierrembach — Nobre Deputado Oswaldo Lima Filho, disse bem V. Ex^a, quando afirmou que a Universidade brasileira foi submetida a um projeto deliberado de destruição. Na realidade, aqueles que se assemelharam ao poder através do golpe militar de 64, há vinte anos, abominam a cultura e a inteligência, e outra não poderia ter sido a atitude daqueles que exerceram o poder neste País, ao longo de vinte anos, senão promover uma sistemática e gradual destruição da Universidade brasileira. A universidade, nobre Deputado Oswaldo Lima Filho, tem basicamente três missões: a primeira delas é uma missão cultural, que consiste em receber a cultura acumulada pelos pôsteros e, se possível, acrescentar algo a essa cultura e transmiti-la às gerações que virão. A segunda missão da universidade é de natureza profissional, porque compete à Universidade formar os quadros humanos que a sociedade exige. A terceira e fundamental missão da Universidade, num país do Terceiro Mundo, é de caráter social, porque a Universidade brasileira é mantida a altíssimo preço pela sociedade e, portanto, deve-se exigir dela uma contraprestação a esse sacrifício do povo que espera a formação de profissionais atentos às suas necessidades. Em nenhum período da História do Brasil foi a Universidade brasileira tão achincalhada quanto na gestão do Coronel Jarbas Passarinho à frente

do Ministério da Educação. Meus parabéns a V. Ex^a pelo lúcido pronunciamento que faz.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Nobre Deputado Flávio Bierrembach comungamos no mesmo pensamento, que é o de libertação do povo brasileiro do regime autoritário a que está submetido há vinte anos e, sobretudo, da defesa da cultura nacional contra todas as formas de alienação impostas ao povo brasileiro. Salienta V. Ex^a, com a proficiência costumeira, os objetivos centrais da universidade cuja realização tem sido impedida pela deliberada prática e pelo programa do Governo autoritário desde o então Coronel Jarbas Passarinho até a atual “dama de ferro” que dirige a educação no Brasil. É preciso, porém, salientar que esse propósito deliberado decorre, em grande parte, se não decisivamente, de uma imposição estrangeira. Convém ao imperialismo, que domina este País e que lhe impôs uma política alienada de uma economia dependente e concentradora de rendas, uma política de colonização cultural e econômica do País. Convém às potências imperialistas que não se realize nenhuma pesquisa eficiente no Brasil, porque este País está comprando os chamados pacotes fechados, das grandes potências ocidentais — Estados Unidos, Alemanha e outros países. E é por isso, para que o Brasil não possa competir na pesquisa da informática, na pesquisa nuclear, na pesquisa científica, mais recente e mais atual, que se impõe à Universidade brasileira esse regime de fechamento dos laboratórios e desarticulação das equipes, de salários baixíssimos, miseráveis — como acentua o nobre Deputado Flávio Bierrembach — que está desfalcando progressivamente a Universidade brasileira dos seus maiores valores. Ainda agora, a Associação de Docentes da Universidade Federal de Pernambuco fez distribuir um boletim especial, onde salienta que o valor real dos salários vem descrescendo de forma assustadora no meio universitário. Assim, se eles correspondiam, em 1980, a 78% em relação a 1979, já agora, em janeiro de 1984, estão reduzidos a 49% daquele valor. O alegado percentual de 65% de reajuste de salários anunciado pela Ministra da Educação, é inteiramente irrisório, quando se sabe que o custo de vida, se eleva a 230% ao ano. Por tudo isso, Sr. Presidente, a Universidade brasileira, que deveria ser o instrumento fundamental do desenvolvimento científico-tecnológico nacional e que deveria assegurar a perpetuação da cultura brasileira, é hoje um setor profundamente desrocado, desestimulado, desarticulado, reduzido à revolta mais justificada.

Ainda há pouco eu transmitia ao Governador Tancredo Neves, candidato único das Oposições à Presidência da República, esse drama, na reunião da SUDENE, em Recife, quando o Governador José Agripino Maia foi credenciado por todos os Governadores do Nordeste para defender, junto ao Governo, os interesses dos professores universitários e dos funcionários das universidades. E, nesta oportunidade, o Sr. Governador de Minas Gerais me disse que ficara profundamente comovido quando fora procurado, em Belo Horizonte, pelos professores da Universidade Federal de Minas Gerais. Disse-me S. Ex^a que o simples aspecto do traje dos professores universitários lhe provocou constrangimento, porque ele se recordava dos professores universitários da sua mocidade, que constituíam uma elite social do Brasil, e os professores que compareceram ao Palácio da Liberdade para reclamar a sua intervenção estavam vestidos com tal modéstia, em tal condição, que davam a impressão de pertencer às camadas mais humildes da sociedade brasileira.

A Sr^a Cristina Tavares — Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Com prazer.

A Sr^a Cristina Tavares — Permita-me fazer um reparo, a propósito de uma comparação feita por V. Ex^a, quando compara a Ministra Esther de Figueiredo Ferraz à “Dama de Ferro”. A Primeira-Ministra da Inglaterra age com a mão de ferro em benefício de seu país, a Inglaterra e, em nome dos interesses do seu país, a “Dama de Ferro” propõe que nós, nações do Terceiro Mundo, nos sacrificemos. Mas a Ministra Esther de Figueiredo Ferraz propõe, com a mesma mão de ferro, que o Brasil se sacrifique. A Ministra brasileira propõe o sacrifício da universidade brasileira, o que é de estarrecer. No momento em que a Universidade brasileira chega a um ponto tão baixo, em que os salários dos professores universitários não os credencia sequer a manter seus filhos em escolas particulares, no momento em que são cortadas as verbas para manutenção dos elevadores, dos hospitais universitários, dos laboratórios de pesquisa, sabem a Ministra e a Nação que o que se intenta, na realidade, é acabar com a universidade brasileira e — como bem salientou V. Ex^a — com a pesquisa, com a tecnologia, com a capacidade de crítica. Neste momento em que V. Ex^a fala em nome da Liderança do PMDB, quero solidarizar-me com V. Ex^a por este pronunciamento, assim como com as universidades brasileiras, que hoje fazem nova rodada nas suas assembléias, para saber se devem interromper a greve ou permanecer nela. E essa greve já dura quase noventa dias, sem que a “Dama de Ferro” do Brasil tenha tido outra preocupação que não a de humilhar novamente os professores e os servidores das universidades, pois a proposta que fez não foi de negociação, mas, sim de rendição. Na segunda e na terça-feira, Deputado Oswaldo Lima Filho, as assembléias das universidades brasileiras deverão reunir-se para tomar uma decisão crucial: interromper a greve ou de prosseguir-la. Ao que tudo indica, os docentes e os servidores das universidades brasileiras farão a opção por interromper temporariamente a greve por 30 dias, para exercer o mesmo poder de pressão no acompanhamento do projeto que o Ministério da Educação envia a este Congresso Nacional. Cabe a nós, agora, Parlamentares comprometidos com a Universidade e com a inteligência brasileiras, ocupar a tribuna, como faz V. Ex^a neste momento, e enviar todos os esforços no sentido de conseguir, através do projeto que tramita nesta Casa, algum ganho, porque até agora nenhum ganho foi oferecido pela Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, mais preocupada com a rosa na lapela, com perfumes franceses e vestidos de chiffon do que com a educação neste País.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Nobre Deputada Cristina Tavares, V. Ex^a participou pessoalmente, ao lado dos professores universitários e dos funcionários da Universidade de Pernambuco, da luta pelas suas reivindicações muito justas, inclusive porque não são pessoais. É preciso salientar que os professores universitários e os funcionários da universidade brasileira estão, sobretudo, lutando pelo funcionamento da universidade. Eles são responsáveis pela preparação de 250 mil jovens e lhes é negada toda e qualquer condição de oferecer um nível de educação compatível com a civilização moderna. Quando eu disse, nobre Deputada Cristina Tavares, que a Primeira-Ministra Margaret Thatcher era uma “dama de ferro”, quis referir-me também aos grevistas ingleses, aos mineiros de Gales e de toda a Inglaterra, que estão sendo espingardeados pelo governo conservador daquele país. Quero ainda salientar que o Governo se recusa a qualquer diálogo com os professores universitários. Sou testemunha dessa ação de caráter praticamente nazista do Governo atual, porque fui ao Palácio do Planalto em companhia do Senador João Calmon, do PDS, do Deputado Hermes Zanetti e dos dirigentes universitários do movimento grevista, para tentar obter uma audiência com o Sr. Ministro Leitão de Abreu, e S. Ex^a, do alto da

sua importância de dirigente do País, de líder das conversações políticas, embora seja um homem de cultura e saber jurídicos, recusou-se a receber a delegação de parlamentares e a delegação de líderes universitários.

Concedo o aparte ao Deputado Osvaldo Nascimento.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Queremos colaborar com V. Ex^a, dizendo que talvez seja uma questão de indução do maior partido de Oposição nesta Casa desconhecer que o trabalho dos pequenos partidos é importante. Estavam presentes nesta Comissão os representantes do PDT, do PT e do PTB. E, em última análise, estava lá a Comissão Interpartidária. Os pequenos partidos estavam presentes a esta audiência, quando convidaram V. Ex^a para fazer parte da Comissão Interpartidária, a fim de viabilizar uma audiência com o Sr. Ministro Leitão de Abreu.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Exatamente.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Caro colega, nos 30 dias do recesso, estivemos acompanhando os Comandos de Greve em Brasília e lamentamos que, em certas oportunidades, não tivéssemos aqui um representante do PMDB para fazer parte da Comissão Interpartidária e discutir com a Sr^a Ministra a questão da Universidade brasileira, dos seus professores e servidores. Portanto, a solução ainda não chegou. Conseguiu-se, é verdade, a criação de uma Comissão de Alto Nível, que ficou a cargo do CRUB, com um representante de cada representação de base. E a Comissão Interpartidária vai supervisionar e fiscalizar o trabalho, o que deverá ocorrer dentro desses 30 dias. Solicitamos ao partido de V. Ex^a, que tem como pressuposto 200 Parlamentares nesta Casa, que nos unamos em torno dessa reivindicação, que é mais do que justa. Pelo que se constata, o Governo atual quer entregar o ensino brasileiro às multinacionais, e não podemos concordar com isto.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Nobre Deputado Osvaldo Nascimento, V. Ex^a há de relevar o fato de eu não ter citado todos os integrantes da Comissão, inclusive porque o Sr. Presidente já me havia advertido quanto ao escasso tempo que me resta. Estou de pleno acordo com V. Ex^a. E V. Ex^a sabe que o nobre Deputado Hermes Zanetti, ao lado de V. Ex^a e dos demais membros da Comissão Interparlamentar, participou e participará de quantos entendimentos sejam necessários para expressar a nossa solidariedade, que é de todos os partidos de Oposição.

Ouço o nobre Deputado Nilson Gibson.

O Sr. Nilson Gibson — Nobre Deputado Oswaldo Lima Filho, sabe da grande admiração que temos por V. Ex^a. Não é um favor

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — E eu tenho admiração não pelo atual Deputado Nilson Gibson, mas pelo antigo companheiro do MDB de Pernambuco, que até nos ajudou em nossa luta, numa hora árdua. É pena que V. Ex^a tenha deixado o campo democrático, para apoiar o Governo.

A Sr^a Cristina Tavares — E, agora, Maluf

O Sr. Nilson Gibson — Mas eu me referia — e gostaria que ficasse registrado nos Anais do Congresso Nacional — ao que foi dito pelo Deputado Osvaldo Nascimento. A greve dos professores está praticamente encerrada, conforme já está sendo anunciado.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Suspensa.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Encerrada, Deputado, à custa da fome dos professores universitários,

que não receberam o salário do último mês. V. Ex^a pode testemunhar por Pernambuco

O Sr. Nilson Gibson — Veja V. Ex^a, aqui no plenário, quem domina é Pernambuco. Aqui estamos com a maioria de Pernambuco.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Em Pernambuco, vi todas as classes sociais se solidarizarem com as universidades; até os usineiros de Pernambuco, que raramente contribuem para qualquer movimento desta ordem, deram contribuições em alimentos para que os professores universitários não passassem fome.

O Sr. Nilson Gibson — Permita-me concluir meu aparte, nobre Deputado Oswaldo Lima Filho. Queria dizer que V. Ex^a não fez justiça, dentro de todo este entendimento, de todas estas negociações, a um homem que, ainda ontem, enaltecia o trabalho de V. Ex^a e que considero efetivamente solidário com os professores; poderíamos até dizer que vestiu a camisa dos professores e dos funcionários das universidades, na luta para solucionar este grande impasse, que foi o Líder do PDS, Deputado Nelson Marchezan, que inclusive foi elogiado por todos os que representavam os professores e os funcionários; e solucionou, realmente, o grande conflito que existia, para termos, dentro de 30 dias, uma solução pacífica.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Concluo, Sr. Presidente, respondendo ao nobre Deputado Nilson Gibson. Tenho alto apreço pela pessoa do nobre Deputado Nelson Marchezan.

O Sr. Nilson Gibson — S. Ex^a também tem por V. Ex^a e isto V. Ex^a sabe.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Conheço bem as idéias de S. Ex^a, mas não responsabilizo pelos clamorosos erros desse Governo. Os professores foram levados a aceitar essa solução pela fome, porque o Governo lhes negou pagamento dos salários. Quero dizer ainda, concluindo essa observação, que V. Ex^a anda muito mal, defendendo o Governo nesse campo, porque esse Governo, que nega recursos à Universidade, que nega o pagamento dos salários aos professores, é o mesmo Governo.

O Sr. Nilson Gibson — Nega como?

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Ouça agora V. Ex^a. Já lhe dei o aparte e ouça a minha resposta, mantendo o comportamento parlamentar.

O Sr. José Carlos Vasconcelos — Seja educado.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Esse Governo, que nega Verbas à universidade, é o mesmo Governo que há poucos meses concedeu aumento de créditos especiais aos Ministérios militares no Valor de 800 bilhões de cruzeiros. É esse o Governo que temos.

Sr^a Cristina Tavares (PMDB — PE) Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) Concedo a palavra a nobre Deputada Cristina Tavares, para uma questão de ordem

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE) Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, sendo evidente a falta de **quorum**, peço a V. Ex^a que encerre a sessão.

E quero justificar o pedido que faço.

Como signatária do documento pela não participação no Colégio Eleitoral, temos uma intenção política, Sr. Presidente, de lutar pelas eleições diretas para Presidente da República. E não o fazemos apenas por um caráter é-

tico, mas sobretudo por um razão política. A razão política que nos leva à obstrução nas duas Casas do Congresso Nacional, nesta primeira etapa, até as convenções, se prende à necessidade de romper com o sistema. E o rompimento com o Governo, com o sistema, em nosso entendimento, se fará quando todo o povo, isto é, toda a Nação, for às ruas para votar no candidato à Presidência da República.

Assim, reiteramos este pedido a V. Ex^a, que neste momento preside a sessão do Congresso Nacional. Ousamos dizer que o faremos não em nome dos parlamentares do Só Diretas, ou dos partidos de Oposição, bem como, agora, parece, também falando pelos, parlamentares da chamada Frente Democrática, mas em nome da Nação brasileira, que durante os meses de campanha por eleições diretas para Presidente da República acorrem às ruas, num chamamento que foi além dos partidos políticos de oposição, que foi além das entidades de classe, além dos sindicatos.

Essa campanha por eleições diretas para Presidente da República precisa ser honrada por este Congresso. A propósito a responsabilidade pela não inclusão, na pauta, da Emenda Theodoro Mendes, que restabelece as eleições diretas para Presidente da República, é precisamente do presidente Moacyr Dalla. Disse S. Ex^a, como alegou a um grupo de Parlamentares do Só diretas, que a inclusão dependia de um acordo de lideranças. Não podemos aceitar essa argumentação, porque acima do acordo de lideranças existe a Constituição deste País, e o consenso maior ocorrerá no plenário desta Casa. Aqui haverá o consenso; aqui, Deputados e Senadores deverão responder, um a um, se estão a favor ou contra o processo de eleição direta para Presidente da República.

Solicitamos a V. Ex^a, que transmita ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Moacyr Dalla, que faremos sistematicamente obstrução nesta Casa do Congresso. Por isso, pedimos a V. Ex^a que considere encerrada a sessão.

O Sr. Nilson Gibson — Sr. Presidente, para contestar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Não houve questão de ordem, em absoluto. A Deputada apenas pediu a suspensão por falta de **quorum** e que eu fosse portador de um recado da bancada oposicionista, no sentido de que iria fazer, se não me engano, obstrução.

O Sr. Nilson Gibson — Eu queria apenas que ficasse consignado na Ata dos trabalhos que a finalidade desta sessão era a designação de uma Comissão Mista para tratar de assunto de grande interesse para o País.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Deputado, o maior interesse para a Nação é a votação de projeto disposto sobre eleições diretas para Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Não houve questão de ordem. A Deputada Cristina Tavares foi à tribuna e pediu, regimentalmente, a suspensão da sessão por falta de **quorum**, e aproveitou para solicitar que eu transmitisse à Presidência que a obstrução seria uma atitude da Oposição, daqui por diante, por motivo já conhecido. Por conseguinte, não há questão de ordem a contestar; E como não há, de fato, número regimental, considero encerrada a sessão, de acordo com o Regimento Interpo da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está encerrada a Sessão

(Levanta-se a sessão às 19 horas.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 071.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Número Comemorativo do 20º Aniversário do Periódico

Está circulando o nº 81 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número contém 420 páginas e circula com um *Suplemento Especial* — “Integração na América Latina” (696 páginas) — e o *Índice da Revista de Informação Legislativa* (nºs 1 a 80).

Sumário do nº 81:

O Poder Legislativo moderno no Estado: declínio ou valorização? — *Senador Fernando Henrique Cardoso*
A Lei nº 6.515: crítica e autocritica — *Senador Nelson Carneiro*
O pesquisador e o professor pesquisador no magistério superior — *Senador Aderbal Jurema*
A evolução política dos Parlamentos e a maturidade democrática — O exemplo modelar do Parlamento Inglês — *Almir de Andrade*
História dos Parlamentos: um esboço — *Luiz Navarro de Britto*
O poder constituinte e sua pragmática — *Paulino Jacques*
Constituição, constituinte, reformas — *Clóvis Ramalhete*
Técnica constitucional e nova Constituição — *Josaphat Marinho*
A limitação do poder constituinte — *Fernando Whitaker da Cunha*
Uma Constituição brasileira para o Brasil — *Paulo de Figueiredo*
O direito constitucional e o momento político — *Paulo Bonavides*
Valor e papel do Congresso — *José Carlos Brandi Aleixo*
Imunidades Parlamentares — *Rosah Russomano*
Teoria geral dos atos parlamentares — *José Alfredo de Oliveira Baracho*
O “discurso intervencionista” nas Constituições brasileiras — *Washington Peluso Albino de Souza*
O “lobby” nordestino: novos padrões de atuação política no Congresso brasileiro — *Antônio Carlos Pojo do Rego*
O Congresso e o ápice da crise constitucional-tributária — *Ruy Barbosa Nogueira*

Reforma tributária (Emenda Constitucional nº 23, de 1º de dezembro de 1983) — *Geraldo Ataliba, Aires Fernandino Barreto e Cléber Giardino*

A sentença normativa e o ordenamento jurídico (perspectiva político-constitucional) — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*
Sumário do Suplemento Especial — “Integração na América Latina”

Introdução geral — Modelos de integração regional na Europa e na América Latina e papel das integrações regionais — *Fausto Pocar*

Integração na América Latina — *José Carlos Brandi Aleixo*
Da ALAC à ALADI — *Andrea Comba*
Da ALAC à ALADI — *Luiz Dilermando de Castello Cruz*
O Sistema Econômico Latino-Americano — SELA — *Humberto Braga*

O Grupo Sub-Regional Andino — *Massimo Panebianco*
Mercado Comum Centro-Americano — *José Carlos Brandi Aleixo*
Comunidade do Caribe — CARICOM — *Humberto Braga*
O Tratado da Bacia do Prata — *Anna Maria Villela*
Tratado de Cooperação Amazônica — *Rubens Ricupero*
Modelos de integração na América Latina: a ALADI e o SELA — *Massimo Panebianco*

As Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional (com especial atenção aos Estados latino-americanos) — *Antônio Augusto Cançado Trindade*

Textos Básicos

Preço do exemplar (com o Suplemento e o Índice): Cr\$ 2.000,00

Assinatura para 1984 (nºs 81 a 84): Cr\$ 8.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF — CEP 70.160.

Encomenda mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal. Atende-se também pelo reembolso postal.

VOTO DISTRITAL

O nº 78 da *Revista de Informação Legislativa*, com 464 páginas, é dedicado ao estudo do voto distrital, contendo os seguintes artigos:

COLABORAÇÃO

Voto distrital e poder econômico — Senador *Tarsó Dutra*

Inadequação e inoportunidade do voto distrital — *Josaphat Marinho*

Ontem e hoje — o voto distrital no Brasil — *Rosah Russomano*

O voto distrital e suas implicações jurídico-políticas — *A. Machado Pauperio*

A representação política e o sistema distrital misto — *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*

Voto distrital depoimento — *Manoel de Oliveira Franco Sobrinho*

O voto distrital e a reabertura — *Paulo Bonavides*

Teoria e prática do voto distrital — *José Alfredo de Oliveira Baracho*

Eleições e sistemas eleitorais — *Nelson de Sousa Sampaio*

Sistemas eleitorais — *Hermann M. Götgen*

Simulações de divisões distritais dos Estados brasileiros para as eleições federais de 1978 — *David V. Fleischer e Sérgio de Otero Ribeiro*.

DOCUMENTAÇÃO

Voto distrital — *Sara Ramos de Figueirêdo*

Preço do exemplar: Cr\$ 1.000,00

Assinatura para 1983 — Cr\$ 4.000,00 (nºs 77 a 80)

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Subsecretaria de Edições Técnicas

SENADO FEDERAL

Brasília, DF — CEP: 70160

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00